

## APRESENTAÇÃO

*Alessandro Boechat de Medeiros (UFRJ)*

O tema do primeiro número do nono volume da Revista Linguística é *sintaxe e semântica formais*. Sua abrangência atraiu trabalhos com uma considerável diversidade de questões de interesse e abordagens bastante variadas para tais questões. O volume traz dois *squibs*, uma entrevista, uma resenha e dez artigos. Trabalhos de indiscutível qualidade, como se verá nas páginas a seguir.

A seção de *squibs* começa com o texto de Heidi Harley, especialmente preparado para este número, cujo título é *Feature-matching and Case and Number Dissociation in Hiaki*. O texto trata de uma questão teórica importante envolvendo a concordância dentro do ambiente nominal na língua hiaki, língua uto-asteca falada no Arizona e no México. Nos DPs em hiaki, os determinantes têm as mesmas marcas de caso que os núcleos nominais a eles associados. Mesmo que haja um sintagma nominal possessivo entre o determinante e o nome nuclear, o acordo de Caso do determinante não é com o genitivo do nome interveniente, mas com o acusativo ou nominativo do nome nuclear. O problema é que, quando há um nome plural no caso genitivo entre o determinante e o nome nuclear do DP, a concordância de número do determinante é com o plural do nome interveniente, permanecendo o acordo de Caso como descrito anteriormente. Como lidar com questões como essa, tendo em vista os tipos de teoria de concordância disponíveis (baseadas na ideia de valoração/checagem de traços não interpretáveis de sondas ou controladores com os traços de seus alvos, alvos c-comandados pelas sondas)? A autora conclui que, para dar conta dos dados do hiaki, na operação de concordância não se pode assumir que traços de Caso, número e pessoa formam um todo que deve ser checado/valorado de uma vez (numa valoração/checagem do tipo ou todos ou nenhum); ademais, para explicar especificamente o acordo de caso em hiaki, a checagem/valoração na concordância deve ser multidirecional, envolvendo até mesmo uma “sondagem para o alto”, em que a sonda (nome com traço de caso não valorado) é c-comandada pelo alvo (determinante com traço de caso interpretável).

O segundo *squib* é *A note on the analysis of too as a discourse marker*, de Guillaume Thomas. No texto, o autor se opõe a Zeevat (2003), que propõe que itens como *too* do inglês sejam tratados como marcadores de relações discursivas, não como deflagradores de pressuposições. Para entendermos a discussão nessa breve apresentação, tomemos o seguinte exemplo, em que o sintagma nominal “John” está focalizado: “JOHN went to Harvard too”. Sentenças como essa não se acomodam facilmente a uma situação qualquer e não são felizes usadas fora de algum contexto (*out of the blue*). Para explicar isso, trabalhos como os de Kripke (2009) e Sandt & Geurts (2001) propõem que *too* funciona anaforicamente: no exemplo, *too* toma um indivíduo saliente no contexto (parte anafórica da pressuposição), que foi para Harvard e é diferente de John (parte descritiva da pressuposição). É justamente por sua natureza anafórica, segundo esses autores, que sentenças com *too* não se acomodam facilmente, pois precisam de um contexto que forneça um antecedente adequado. Para

Zeevat, entretanto, a análise anafórica prevê que os interlocutores deveriam ser capazes de acomodar a parte descritiva da pressuposição desde que o contexto fornecesse um antecedente para a parte anafórica (acomodação parcial). O autor, então, oferece um exemplo em que aparentemente existe tal antecedente, mas a acomodação não acontece. Conclui afirmando que as pressuposições não podem ser acomodadas porque não são, de fato, pressuposições. Além disso, Zeevat apresenta propriedades que distinguiriam marcadores discursivos (itens que marcam relações entre as proposições associadas às sentenças onde estes itens ocorrem e outras proposições já emitidas) de deflagradores de pressuposições – e *too* possuiria as características de um marcador discursivo. Contrapondo-se a tudo isto, Thomas argumenta que o exemplo de não acomodação fornecido por Zeevat envolve um discurso incoerente, independentemente da pressuposição desencadeada por *too*. Mostra também que, quando o discurso é coerente, há a acomodação parcial requerida por Zeevat. Por fim, mostra que as propriedades de marcadores discursivos que Zeevat discute podem ser encontradas em itens que Zeevat não trataria como marcadores discursivos. A conclusão, pois, a que Thomas nos leva é que não há vantagem em analisar *too* como um marcador discursivo.

Na sequência, temos uma entrevista com Chris Kennedy, professor da Universidade de Chicago, que realizou a conferência de abertura do *IX Workshop on Formal Linguistic*, em agosto de 2012, e ministrou um minicurso na UFRJ na semana do evento. A entrevistadora foi a professora Ana Paula Quadros Gomes, do Departamento de Letras Vernáculas da mesma instituição. Na entrevista, Kennedy, hoje uma referência para semanticistas e sintaticistas no mundo todo, responde a questões sobre a semântica de grau e esclarece sua importância para o tratamento de expressões de comparação, adjetivos com escala associada, expressões de quantidade no ambiente nominal e até mesmo sua possível relação com a telicidade em ambientes com verbo de tema incremental. Também trata de temas como a relação entre sintaxe e semântica e a importância da distinção entre imprecisão e vagueza na linguagem.

A resenha deste número foi preparada por um de seus organizadores, a professora titular emérita Miriam Lemle, sobre um artigo (aceito, mas com previsão de publicação no próximo número da revista *Lingua*, no segundo semestre de 2013) de Noam Chomsky: ***Problems of Projection***. No artigo resenhado, Chomsky, após apresentar as ideias basilares e os avanços da gramática gerativa nos últimos cinquenta anos, faz uma proposta radical: não é mais a operação *merge* que, como um seu subproduto, cria um rótulo para o constituinte resultante de sua aplicação, projetando a categoria de um dos constituintes combinados. Na proposta, *merge* simplesmente combina constituintes dois a dois; a categoria gramatical do sintagma resultante, informação importante para a interpretação semântica, é dada por um algoritmo fixo de rotulação (LA de *Labeling Algorithm*), que varre estruturas mínimas, procurando por elementos (núcleos) que possam fornecer rótulos para os constituintes dessas estruturas. Para evitarem-se situações em que o algoritmo não é capaz de decidir qual elemento fornece o rótulo (por exemplo, a combinação de dois constituintes complexos, com dois núcleos candidatos – tipicamente, um constituinte na posição antes chamada de especificador e seu irmão, a projeção intermediária), um dos dois constituintes complexos deve ser alçado para que o rótulo do outro se torne visível para o LA. Ou seja, pelo menos alguns movimentos sintáticos seriam motivados por razões de rotulação dos constituintes (em última instância, por razões de legibilidade, pois somente objetos sintáticos rotulados podem ser lidos na interface semântica). Com espanto, Lemle identifica nessa proposta o gérmen de uma revolução dentro de uma revolução.

A seção de artigos se inicia com ***O singular nu e a comparação: uma proposta de derivação semântica***, de Pires de Oliveira e Souza. No artigo, os autores discutem o trabalho de Bale e Barner (2009) e mostram que as generalizações ali contidas ((a) nenhum nome usado na sintaxe contável pode

ser utilizado na sintaxe massiva para denotar indivíduos; e (b) é preciso distinguir semanticamente dois tipos de nomes massivos: os com átomos, como *furniture*, e os sem átomos, como água) são problemáticas: a primeira não se adéqua aos dados do português envolvendo singulares nus, pois, em “João comprou mais livro do que Pedro” e “João comprou muito livro”, por exemplo, há tanto leitura contínua (comparação entre volumes, em que um único livro poderia ser “mais livro” do que vários livros cuja soma dos volumes é menor) quanto cardinal (comparação entre números de livros envolvidos) para “livro”; a segunda traz problemas para o próprio modelo de Bale e Barner, pois cria dificuldades para explicar a interpretação não cardinal de nomes massivos atômicos, como *furniture*. Os autores então nos mostram que os singulares nus do português tampouco podem ser tratados como contáveis neutros para número (como em SCHMITT; MUNN, 1999), pois isso acarretaria que as comparações se dessem somente por cardinalidade, o que, como vimos acima, não é verdade. Pires de Oliveira e Souza adotam, então, a hipótese de Pires de Oliveira e Rothstein (2011), na qual os singulares nus no português denotam espécies (*kinds*). As diferenças entre inglês e português envolveriam variação em um parâmetro lexical: no português, qualquer raiz está disponível para a aplicação do operador formador de espécie (operador *down*), enquanto a operação de contagem é restrita a somente uma parte do léxico; em inglês, ambas as operações são restritas, com alguns nomes disponíveis para a formação de espécie e, complementarmente, outros nomes disponíveis para a operação de contagem. Isso explicaria, entre outras coisas, por que não há singulares nus em inglês. Por fim, Pires de Oliveira e Souza propõem uma formalização semântica para a comparação nominal, levando em conta a semântica assumida para os singulares nus.

Em *Count/Mass Distinction in Kuikuro: on individuation and counting*, Franchetto, Santos e Lima discutem o fato de que todos os nomes em kuikuro (dialeto da língua Caribe do alto Xingu, falado no norte do estado do Mato Grosso) podem ser usados como contáveis e que a individuação é uma operação dependente de contexto. As autoras argumentam que, nessa língua, as raízes, assumidas como acategoriais (segundo o arcabouço teórico da morfologia distribuída), denotam espécies (*kinds*), e, para denotarem propriedades de indivíduos, precisam passar por uma operação de individuação. Mais especificamente, um morfema atomizador (na proposta, um núcleo nominalizador *n*, carregando uma função atomizadora) combina-se sintaticamente com a raiz, não só atribuindo-lhe categoria gramatical (nominal), mas também convertendo espécies em propriedades de indivíduos.

Salanova, Arregui e Rivero, em *Uma análise modal dos imperfectivos do mēbengokre*, investigam o imperfectivo da língua mēbengokre, língua Jê falada no Brasil central. Seguindo propostas de Arregui, Rivero e Salanova (no prelo), em que um único operador imperfectivo pode combinar-se com diversas bases modais, criando “sabores” de imperfectividade, o trabalho propõe que no mēbengokre as bases modais sejam lexicalizadas em vários marcadores aspectuais. Portanto, explicações pragmáticas para as diversas interpretações do imperfectivo não se sustentam nessa língua.

Os participios inovadores em “João tinha **perco** as chaves” ou “Pedro tinha **compro** um chapéu novo” são tema de investigação de *Innovative Participles in Brazilian Portuguese*, de Scher, Lunguinho e Rodero Takahira. Tais formas participiais são formas de verbos regulares que só ocorrem no contexto de tempo verbal composto perfeito, nunca na voz passiva (\*“duas bananas foram compradas por Pedro”). Adotando como arcabouço teórico para sua análise a morfologia distribuída, os autores assumem que (a) tanto formas regulares como inovadoras compartilham a mesma estrutura sintática subjacente e (b) a diferença entre participios regulares e inovadores é explicada por operações morfofonológicas pós-sintáticas, no componente morfológico (MS). Os participios regulares envolverão a inserção do expoente fonológico /d/ sob o nó flexional que alberga o traço aspectual perfectivo. Esta é a regra de inserção *default*, menos especificada, para nós flexionais (I) sintaticamente mais encaixados. Sob os

nós flexionais e o verbalizador *v* podem ser anexados, quando a derivação chega a MS, morfemas dissociados que serão realizados pelas vogais temáticas. Nos participípios regulares, sob o verbalizador anexa-se um nó temático (para a vogal temática do verbo) e o item de vocabulário a ser inserido sob o nó flexional aspectual será o *default*: -d-. Os participípios inovadores serão o resultado da inserção de um item de vocabulário *Æ*, mais especificado, no mesmo nó flexional de aspecto, mas somente quando este alberga o traço [PERF], perfectivo, e quando o nó dissociado de vogal temática verbal estiver ausente. Com relação a não ocorrência de participípio inovador na voz passiva, os autores assumem que o participípio na voz passiva é a realização de núcleo flexional de voz que carrega o traço [PASS], passiva, não um traço aspectual como [PERF]. Como I não alberga este traço, não há condições para a inserção do item *Æ*, associado ao participípio inovador. Por fim, o trabalho sugere que, uma vez que um mesmo falante não usa as duas formas participiais em discussão (regular e inovadora), existem duas gramáticas em jogo: uma em que as condições para que o participípio inovador aconteça se verificam e outra em que tais condições não se verificam.

Boa parte da literatura tem defendido que duas entradas lexicais homófonas devem ser associadas ao item *todo* em português: uma ocorrendo em contexto de modificação de grau, em sentenças como “o político ficou todo confuso”, em que um adjetivo de grau fica sob o escopo do item em questão; e outra ocorrendo em contextos de quantificação, em que *todo* se compõe com um sintagma determinante, como em “todos os meninos comeram chocolate”. O artigo de Vicente e Quadros Gomes, intitulado ***Um tratamento unificado de grau para o quantificador flutuante e o intensificador todo***, procura mostrar que podemos desenvolver um tratamento unificado para o item *todo*, considerando-o um modificador de grau em ambos os contextos. Sintaticamente, *todo* ocupará o especificador de um sintagma de grau que tomará ou um sintagma adjetival como complemento, em sentenças como “o político ficou todo confuso”, ou um sintagma determinante, em sentenças como “todos os meninos comeram chocolate”. Semanticamente, *todo* toma predicados com escala fechada em seu limite inferior, e faz com que essa escala se feche em seu limite superior. Assim, o adjetivo *confuso*, que abre uma escala com limite inferior (basta estarmos minimamente confusos para estarmos confusos), passa a ter também limite superior em “o político ficou todo confuso”, com o político atingindo seu grau máximo de confusão. Já em “todos os meninos comeram chocolate”, as autoras assumem que uma escala de participação no evento de comer chocolate, limitada inferiormente (basta que alguns meninos comam chocolate para que a sentença “os meninos comeram chocolate” seja verdadeira), é fechada, pelo item *todo*, superiormente: no especificador do núcleo de grau, *todo* terá escopo sobre o DP os meninos, estabelecendo que a participação dos meninos é máxima, ou seja, que todos os membros do conjunto contextualmente relevante de meninos participou da atividade de comer chocolate.

Em ***Maximality and Distributivity in Brazilian Portuguese***, Suzi Lima analisa as propriedades semânticas de *cada* e *todos os*. No texto, Lima defende que a raiz *tod-* em *todos os* não funciona como um quantificador, mas como um modificador de um DP, e que as leituras coletiva e distributiva associadas a *todos os* não são derivadas de sua raiz, mas herdadas do DP plural que a segue. Se as leituras mencionadas são herdadas, qual seria, então, a contribuição semântica de *tod-*? Seguindo Brisson (1998, 2003), e se opondo a parte da literatura pertinente (por exemplo, MÜLLER; NEGRÃO; GOMES, 2007), que defende que *tod-* acarreta distributividade, a autora assumirá que a raiz dispara maximidade, e apresenta evidências experimentais para essa hipótese. Por fim, a autora mostra, também através de evidência experimental, que, ao contrário de *todos os*, *cada* acarreta distributividade.

Em ***Interação entre foco, morfologia e controle em PB: evidências adicionais para a teoria do controle por movimento***, Guimarães e Mendes analisam sentenças como “o Pedro quer ELE consertar o carro”, em que o pronome tem acento de foco. O interesse por sentenças desse tipo explica-se pelos seguintes problemas: (1) de acordo com o princípio B da teoria da ligação, o pronome “ele” não pode



ser correferente com o constituinte “o Pedro”, pois este o c-comanda e está em seu domínio de ligação – mas, ao contrário do que prevê a teoria, o sujeito da matriz e o pronome são correferentes na sentença; (2) o pronome está no caso Nominativo, mas não deveria, pois ocupa o especificador de um sintagma flexional infinitivo (impessoal), posição em que, segundo o *mainstream* da teoria gerativa, não se checa Caso ou checa-se Caso nulo. De fato, uma vez que a sentença tampouco envolve atribuição excepcional de Caso, somente um PRO, controlado pelo sujeito da sentença, poderia ser licenciado em tal posição. Adotando (a) a *teoria do controle por movimento* (por exemplo, HORNSTEIN, 1999), em que o controle é explicado por meio de cadeias com múltiplos papéis temáticos, e (b) propostas de Menuzzi (2012), nas quais a focalização seria resultado da ação de um componente informacional sobre um marcador sintagmático situado em um ponto qualquer do caminho entre o *spell-out* e a PF, os autores resolvem as dificuldades acima. Na proposta, após o *spell-out* e antes de PF, ocorre o apagamento dos traços fonológicos das cópias mais baixas da cadeia encabeçada pelo constituinte “o Pedro”, incluindo-se, aí, a cópia no especificador do IP infinitivo. Somente os traços fonológicos são apagados; traços como os de Caso ou f, não. Há, então, atribuição de foco estreitíssimo ao papel temático associado ao VP subordinado (AGENTE/consertador, no exemplo), que afeta a cópia na posição do especificador do IP infinitivo. Como um item não pode estar em foco sem traços fonológicos, há remorfologização da cópia em foco, através de um item compatível com os traços da cópia: no exemplo, o pronome *ele*, com Caso Nominativo e os traços f adequados. O trabalho dá conta, pois, dos problemas (1) e (2), e apresenta evidência para a *teoria do controle por movimento*.

As orações clivadas canônicas (“*foi o Neymar que marcou o gol*”) e invertidas (“*o Neymar foi que marcou o gol*”) do português brasileiro são abordadas no trabalho de Guessier e Quarezemin, intitulado *Focalização, cartografia e sentenças clivadas do português brasileiro*. Para dar conta das propriedades sintáticas e pragmático-discursivas dessas orações, as autoras se valem de uma abordagem cartográfica, em que diferentes projeções sintáticas de foco são associadas às leituras de foco contrastivo e foco de informação nova. Nas clivadas canônicas de sujeito (“*foi um rapaz que comeu a torta*”) a leitura de foco contrastivo é resultado do movimento do constituinte em foco para o especificador de Foc-P da periferia esquerda do CP subordinado (posição, na proposta, associada à leitura de foco contrastivo); na leitura de informação nova, o constituinte em foco move-se para o especificador de Foc-P da periferia esquerda do VP encabeçado pela cópula (posição associada à leitura de foco de informação nova). Já as clivadas canônicas de objeto (“*foi uma torta que o Pedro trouxe*”) só aceitam a leitura de foco contrastivo porque o constituinte em foco não alcança o Foc-P da periferia esquerda do VP encabeçado pela cópula, ficando congelado ( *criterial freezing*; RIZZI, 2006) no especificador do Foc-P da periferia esquerda do CP subordinado, posição pela qual ele necessariamente passaria antes de alcançar a periferia esquerda do VP. Com relação às orações clivadas invertidas (“*os meninos foi que a Maria encontrou*”), o texto propõe que sua derivação envolva uma extração de Fin-P e o movimento do Foc-P da periferia esquerda do CP subordinado, contendo o constituinte em foco, para a periferia esquerda do CP principal. Como as posições envolvidas são de foco contrastivo, esta é a única interpretação das clivadas invertidas no português brasileiro. Por fim, o artigo dá conta dos fatos relativos à concordância dos constituintes em foco com a cópula nessas construções.

Na sequência temos o trabalho de Minussi e Rodero Takahira, intitulado *Observações sobre os compostos da LIBRAS: a interpretação das categorias gramaticais*. Nele investigam-se estratégias de formação de palavras em língua brasileira de sinais (LIBRAS), em particular a composição, usando o arcabouço teórico da morfologia distribuída. Os autores tratam os cinco parâmetros que combinados formam um sinal em LIBRAS como traços. Com relação ao parâmetro de movimento, ou traço [ $\pm$ movimento], os autores partem das seguintes hipóteses: (i) raízes em LIBRAS, por hipótese acategoriais, podem conter um traço de movimento [+movimento], fazendo parte de seu conceito; (ii)

o traço [+movimento] pode fazer parte de (ou ser) um núcleo categorizador (verbal), e o resultado da combinação da raiz com tal categorizador (a raiz categorizada) carregará tal traço. A investigação leva os autores a concluir que os compostos em LIBRAS envolvem sempre dois sinais: ou duas raízes acategoriais contendo o traço de movimento e um classificador, ou duas raízes acategoriais sem o traço de movimento contido nelas. No último caso, o composto pode tornar-se um verbo pelo acréscimo de um morfema com o traço [+movimento].

Esta edição se encerra com o trabalho de Cilene Rodrigues: *No Escape from Syntax! Das (in) subordinadas condicionais entonacionais*. As sentenças discutidas no texto envolvem uma coordenação, em que há dependência temporal entre seus termos, com uma estrutura prosódica especial, em que o primeiro termo da coordenação é desacentuado e o segundo recebe acento de foco. Como os exemplos a seguir, em inglês e em português: “you drink another can of beer, and I am leaving”; “você publica este artigo, e sua carreira vai para o brejo”. Sua interpretação, contudo, não é como a de uma coordenação típica, em que a proposição é verdadeira se e só se as proposições associadas aos termos coordenados são verdadeiras. O que temos aqui é algo interpretado como uma condicional, do tipo *se p, então q* (por exemplo, *se você publicar esse artigo, então sua carreira vai para o brejo*). Culicover e Jackendoff (1997, 2005) usam sentenças como essas para defender a ideia de que a estrutura semântica não é isomórfica ou redutível a nenhum nível de estrutura sintática. Propõem que tais coordenações sejam reanalisadas como subordinação num nível não sintático, posterior à *forma lógica*, chamado de *estrutura conceptual* (CS - conceptual structure). Entretanto, sintaticamente, tais sentenças não se comportam como coordenadas, mas como condicionais comuns, onde encontramos a possibilidade de extração de constituintes, licenciamento de anáforas e efeitos de ilha. Culicover e Jackendoff, conscientes de alguns desses fatos, explicam-nos propondo complexas operações na CS, o que, segundo Rodrigues, não é mais do que transformá-la num nível sintático tardio. Rodrigues, prescindindo de um nível como a CS, propõe que as condicionais entonacionais sejam um híbrido de adjunção e coordenação na sintaxe. A ideia é que, em determinado ponto da derivação, o primeiro termo da coordenação seja um TP adjunto ao sintagma verbal do segundo termo da coordenação. Esse TP é posteriormente movido para o especificador de um sintagma booleano encabeçado pela conjunção “e”, que toma como complemento o TP do segundo termo da coordenação (oração principal da subordinação). A proposta de Rodrigues explica as propriedades sintáticas mencionadas acima (ligação anafórica, extração de constituintes, dependência temporal entre os termos da coordenação, etc.) sem postular um nível conceptual (CS) pós-sintático não interpretativo, mostrando que a abordagem de Culicover e Jackendoff, pelo menos no que diz respeito às subordinadas condicionais entonacionais, não apresenta vantagens teóricas em relação a uma abordagem sintática.

Para finalizar esta apresentação, gostaria de agradecer a todos que contribuíram com seu trabalho para a realização desta edição da Revista Linguística.